



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025**

**OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação Serviços de Locação de Sistemas e Equipamentos para Registro e Processamento de Infrações de Trânsito, a fim de atender as demandas da Superintendência de Trânsito do Município de Itamaraju/Ba.**

<b>PREÂMBULO</b>
------------------

**1. Regência legal:**

Esta licitação obedecerá às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 061 de 30 de março de 2023, e dos correspondentes decretos regulamentadores e respectivas alterações, bem como à legislação específica pertinente ao objeto licitado.

**2. Processo administrativo:**

00377/2025

**3. Órgão/entidade e setor:**

Secretaria Municipal de Administração.

**4. Modalidade/número de ordem:**

Pregão Eletrônico n.º 026/2025

**5. Procedimento e do Julgamento das Propostas**

O Critério de Julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE** e o Modo de Disputa será **DISPUTA ABERTA**.

**6. Objeto da licitação:**

Contratação de Empresa Especializada na Prestação Serviços de Locação de Sistemas e Equipamentos para Registro e Processamento de Infrações de Trânsito, a fim de atender as demandas da Superintendência de Trânsito do Município de Itamaraju/Ba.

**7. Regime de execução**

Prestação de Serviços

**8. Dotação orçamentária:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

SECRETARIA	PROGRAMA	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO	FONTE
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Trânsito	2107	33.90.39.00	1.500.0000 1.752.0000
	Gestão das Ações de Transporte, Trânsito e Viação	2120	33.90.39.00	1.500.0000

**9. Local e data do recebimento das propostas e início dos trabalhos:**

Endereço eletrônico: O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), constante da página eletrônica do LICITANET – Licitações Eletrônicas: <https://portal.licitanet.com.br>

Início de acolhimento das propostas: **16/04/2025, às 08h00min.**

Início da sessão da disputa dos lances: **07/05/2025 às 08h30min.**

Tempo de disputa de cada lote: 10 (dez) minutos, mais o tempo aleatório do sistema.

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

**10. Exame prévio da minuta e aprovação da assessoria jurídica:**

Declaro que a fase interna deste procedimento foi examinada pelo órgão legal de assessoramento jurídico, conforme o Parecer nº 233/2025 de 14/04/2025.

**11. Informações e esclarecimentos adicionais:**

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser obtidos no portal [www.itamaraju.ba.gov.br](http://www.itamaraju.ba.gov.br) ou solicitados ao responsável pela expedição do instrumento convocatório.

**12. Responsável pela expedição do convocatório:**

Pregoeiro(a) responsável: Jucenilza Cavessana Favalessa de Almeida, designada pela Portaria nº 002 de 06 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio.

**13. Integram o presente Edital:**

- a) Termo de Referência / Projeto Básico / Especificações / Planilha com descrição dos itens e Quantitativo do Objeto - Anexo I;
- b) Modelo Proposta de Preços – Anexo II
- c) Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta - Anexo III



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- d)** Modelo de Declaração de Enquadramento (Lei Complementar n.º 123/06) - Anexo IV
- e)** Modelo de Declaração quanto à Regularidade Fiscal (Lei Complementar 123/06) - Anexo V
- f)** Modelo de Comprovação de Aptidão de Desempenho - Anexo VI
- g)** Modelo de Declaração de Requisitos da Habilitação- Anexo VII
- h)** Modelo de Declaração de Inexistência de Menor - Anexo VIII
- i)** Modelo de Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social – Anexo IX
- j)** Modelo de Declaração de Inexistência de Sócio Servidor ou Empregado Público- Anexo X
- k)** Minuta de Contrato - Anexo XI.

Itamaraju (BA), 14 de abril de 2025

Luiza Moitinho Cachoeira Brito  
Secretária Municipal de Administração



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**1 - DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto desta Licitação a Contratação de Empresa Especializada na Prestação Serviços de Locação de Sistemas e Equipamentos para Registro e Processamento de Infrações de Trânsito, a fim de atender as demandas da Superintendência de Trânsito do Município de Itamaraju/Ba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na página eletrônica do LICITANET – Licitações Eletrônicas: <https://portal.licitanet.com.br>

**2.2.** O cadastramento do licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

**2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 4/61**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- 2.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2. e 2.5.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10.** O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**2.12.** A vedação de que trata o item 2.6.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.13.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

<b>3 - CREDENCIAMENTO E ACESSO AO SISTEMA LICITANET</b>
---

**3.1.** Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://portal.licitanet.com.br>

**3.1.1.** Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**3.1.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://portal.licitanet.com.br>

**3.1.3.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

**3.2.** O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Itamaraju/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**3.2.1.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**3.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

**3.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

**3.5.** A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

provedor do sistema ou do Município de Itamaraju/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.6.** Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.7.** Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://portal.licitanet.com.br>

**3.8.** O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

**3.8.1.** O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), podendo ser utilizado o modelo do Anexo deste Edital

<b>4 – DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NO SISTEMA ELETRÔNICO</b>
--

**4.1.** Os(As) licitante(s) encaminharão, EXCLUSIVAMENTE por meio do Sistema Eletrônico (<https://portal.licitanet.com.br>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme for o caso), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília. A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema poderá obedecer ao modelo do Anexo deste Edital.

**4.1.1.** A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

**4.2.** Como requisito para a apresentação da proposta, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

**4.2.1.** o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

**4.2.2.** a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

**4.2.3.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.2.4.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.2.5.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**4.3.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.3.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.3.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.4.** A falsidade da declaração de que trata o item 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.5.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances

**4.6.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.7.** Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, em consonância com o modelo constante do Anexo II - Modelo de de Proposta de Preços, expressando os valores em moeda nacional, **em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.**

**4.7.1.** A Proposta de Preços deverá ter indicação e descrição de forma detalhada das características do objeto da presente licitação, de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos, devendo ser formulada e enviada exclusivamente por meio do Sistema eletrônico.

**4.8.** A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

**4.9.** Os preços cotados deverão ser aqueles da data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista. A inclusão de qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas, está proibido.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**4.10.** O prazo de validade da proposta de preços é de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura, facultando, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

**4.11.** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

**4.12.** Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas. A proponente que assim o fizer, será desclassificada.

**4.13.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aquelas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

**4.13.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**a)** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**4.14.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**4.15.** A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

**4.16.** As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo assinalar sua situação no campo correspondente no Anexo V.

<b>5 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES</b>
--

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU**  
**ESTADO DA BAHIA**

**5.3.** Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado no edital, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**5.3.1.** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**5.3.2.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor/maior desconto já registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

**5.3.3.** O envio de lances poderá, conforme o edital, serem adotados os seguintes modos de disputa:

**I** - Aberto: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital de licitação;

**II** - Aberto e fechado: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital de licitação.

**III** - Fechado e aberto: serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

**5.4.** No modo de **DISPUTA ABERTO**, a etapa de envio de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

**5.4.1.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**5.4.2.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida acima, a etapa será encerrada automaticamente.

**5.5.** No modo de **DISPUTA ABERTO E FECHADO**, a etapa de envio de lances terá duração de **15 (quinze) minutos**.

**5.5.1.** Encerrado o prazo previsto acima, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**5.5.2.** Após a etapa de que trata acima, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.5.3.** O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.5.4.** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o 5.5.2., os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU**  
**ESTADO DA BAHIA**

três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**5.6.** No modo de **DISPUTA FECHADO E ABERTO**, somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

**5.6.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no caput, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**5.6.2.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

**5.6.3.** Após o reinício previsto no item anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

**5.6.4.** Encerrada a etapa de que trata o § 3º, o sistema ordenará e divulgará os lances.

**5.7.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.8.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.9.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.10.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.11.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.11.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.12.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.12.1.** Finalizada a etapa de lances, será aberto o tempo de 10 (dez) minutos para o detentor de melhor oferta para negociação de melhor proposta.

**5.12.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.12.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.13.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**5.14.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.13.** Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

<b>6 - DO ENVIO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>
--

**6.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

**6.2.** A licitante provisoriamente vencedora (arrematante) deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **2 (duas) horas** subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

**6.3.** O conteúdo da Proposta de Preços Escrita deverá dispor:

- a)** Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;
- b)** Apresentar a marca/modelo do produto ofertado, quando couber, constar no campo;
- c)** A proposta de preços deverá conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

**6.4.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para sua apresentação, após a fase de envio de lances.

**6.5.** O(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de

**Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 12/61**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**6.6.** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

**6.6.1.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

**6.7.** Será desclassificada a proposta que:

**6.7.1.** conter vícios insanáveis;

**6.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.8.** Erros no preenchimento da planilha reformulada, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro(a) através do sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.9.** Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará a documentação de habilitação das licitantes.

**6.10.** Caso haja a necessidade de realização de análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

**6.10.1.** Encerrada a fase de habilitação, a sessão de licitação será suspensa para que sejam entregues AMOSTRAS pelo LICITANTE que tiver provisoriamente classificada em 1º lugar, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação no sistema. O não comparecimento do representante da empresa vencedora implicará na desclassificação da empresa.

**6.10.2.** As amostras que se apresentarem em desacordo com as especificações implicará na desclassificação da proposta apresentada pela empresa, em virtude do não atendimento as condições estipuladas no edital.

**6.10.3.** As amostras serão analisadas pelo gestor do contrato em conjunto com setor competente, para verificação do pleno atendimento as características do objeto descrito no edital e seu termo de referência.

**6.10.4.** Após emissão de parecer definitivo pelo setor competente em conjunto com o gestor do contrato sobre as amostras apresentadas, o pregoeiro enviará



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

aviso/comunicado, exclusivamente por meio eletrônico, comunicando o resultado das amostras analisadas.

**6.11** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.12.** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.13.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.14.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.15. NA REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS, O LICITANTE VENCEDOR DEVERÁ INCIDIR LINEARMENTE O DESCONTO OFERTADO NA DISPUTA EM CADA UM DOS PREÇOS UNITÁRIOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS DO LOTE.**

**6.15.1. A PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA NÃO PODERÁ CONTER ITEM COM VALOR UNITÁRIO ACIMA DO VALOR UNITÁRIO ESTIMADO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.**

<b>7 - DOS “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”</b>
--

**7.1.** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

**7.1.1.** O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

**7.1.2.** Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente vencedora (arrematante), por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas** subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

**7.1.3.** A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**7.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.2.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

**7.2.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas.

**7.2.3.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.2.4.** A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

**7.3.** O(a) Pregoeiro(a) poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.

**7.4.** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

**7.4.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data em que for declarado vencedor, para regularização dos documentos.

**7.5.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 9.2.

**7.6.** Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 7.2:

**7.6.1.** A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

**7.6.2.** A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

**7.6.3.** A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

**7.6.4.** A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**7.7. Na habilitação exigir-se-á dos interessados:**

**7.7.1.** Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação:

- a)** de registro público, no caso de empresário individual.
- b)** em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c)** no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d)** decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e)** Alvará de Funcionamento.

**7.7.2. Regularidade fiscal e Trabalhista**

- a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b)** prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
  - b.1)** A prova da inscrição a que se refere o item “b” será suprida com a apresentação das certidões a que se referem os itens “c” e “d”, respectivamente, se estas contiverem o número de inscrição da licitante.
- c)** prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- d)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS.
- e)** prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.
- f)** prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**7.7.2.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverão comprovar esse enquadramento tributário, bem como indicar a existência ou não de restrição de regularidade fiscal, assinalando nos campos correspondentes no Anexo V.

**7.7.2.2.** A comprovação do enquadramento tributário da microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á mediante a apresentação de documentos fiscais nos quais conste registrada essa condição. O prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

da documentação, conforme disciplina o §1º do art. 43 da lei complementar 123/2006, alterada pela LC 147/2014.

**7.7.2.2.1.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

**7.7.3. Qualificação Econômico-Financeira, comprovada através de:**

**a)** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados/autenticados na Junta Comercial ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço

Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta

Comercial ou Órgão de Registro.

**a.1)** Os documentos referidos no item 5.2.3., limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**a.2)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**a.3)** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

**a.4)** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**b)** Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos. licitação.

**c)** demonstração de patrimônio líquido no montante mínimo de 10% do valor a ser contratado, o qual será obtido com base na proposta final apresentada pela própria licitante, admitindo-se a sua atualização com base no INPC do IBGE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**7.7.4. Qualificação Técnica, comprovada através de:**

**a)** Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente de acordo com o modelo constante do Anexo VI.

**7.7.5. Documentações Complementares**

**a)** declaração de conhecimento dos requisitos da Habilitação para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, preferencialmente de acordo com o modelo constante do Anexo VII.

**b)** Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo constante em anexo.

**c)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

**d)** Declaração Atestando que não possui em seu quadro societário servidor público da Prefeitura Municipal de Itamaraju/Bahia.

**7.8.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, em sede de diligência, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

**7.9.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

<b>8 - DOS RECURSOS</b>
-------------------------

**8.1.** A intenção de interpor recurso poderá ser promovida pelos licitantes, de forma IMEDIATA, via sistema provedor, APÓS O TÉRMINO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO ATO DE HABILITAÇÃO OU INABILITAÇÃO. O sistema aceitará a intenção o licitante, inicialmente, nos **10 (dez) minutos imediatamente** posteriores ao julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão, ficando a Autoridade Competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarada vencedor.

**8.1.1.** Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do aqui estabelecido (chat de mensagens, e-mail, carta, etc.).

**8.2.** Qualquer licitante poderá manifestar, no local determinado no sistema eletrônico, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, com o registro da síntese



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

das suas razões em ata, **sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará na decadência do direito de recurso e, consequentemente, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.**

**8.3.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal.

**8.4.** Os demais licitante ficarão intimados para se desejarem, apresentar contrarrazões, EM IGUAL NÚMERO DE DIAS E NA MESMA FORMA, cujo prazo correrá a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**8.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.6.** Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

## **9 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**9.1.** Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à empresa vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

**9.2.** Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

**9.3.** A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

## **10 - DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**10.1.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**10.1.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 19/61**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**10.2.** Às microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, que se sagrem vencedoras do certame e que contem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, para regularização da documentação, conforme disciplina o §1º do art. 43 da lei complementar 123/2006, alterada pela LC 147/2014).

**10.3.** Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

**10.4.** Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

**10.5.** Os atos de prorrogação, suspensão ou rescisão dos contratos administrativos sujeitar-se-ão às formalidades exigidas para a validade do contrato originário.

**10.6.** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## **11 -DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**11.1.** A execução, fiscalização e recebimento do objeto contratual obedecerá às disposições previstas na minuta de contrato constante do convocatório, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a Contratada da total responsabilidade pelas obrigações assumidas.

## **12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**12.1.** Os pagamentos serão definidos conforme previsto no CAPÍTULO X - DOS PAGAMENTOS, da Lei nº 14.133/2021.

## **13 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**13.1.** O contrato poderá ser alterado, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS, da Lei nº 14.133/2021.

**14 - DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

**14.1.** O reajustamento dos preços contratuais observará os índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, conforme definido na minuta de contrato constante de preços constante do convocatório.

**15 - DAS PENALIDADES**

**15.1.** Ocorrendo alguma das hipóteses previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, fica o contratado infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a)** Advertência;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de Licitar e contratar;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**15.2.** Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da lei 14.133/2021, assegurado ao contratado infrator o direito ao contraditório e ampla defesa.

**15.3.** Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao locador, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a)** Advertência, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (Inexecução parcial do Contrato);
- c)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (Inexecução total do Contrato);
- d)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, V e VI, do art. 155 da lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e)** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e no máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificadas nos incisos VIII, IX, X e XII da Lei 14.133/2021, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**16 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**

**16.1.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III** - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**16.2.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI** - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII** - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX** - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**16.3.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**16.4.** A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

**16.5.** Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

**16.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**17 – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**17.1.** A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 165, “d” da Lei nº 14.133/2021.

**18 – DA IMPUGNAÇÃO**

**18.1.** Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021.

**18.2.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão serem enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo endereço LICITANET – Licitações Eletrônicas: <https://portal.licitanet.com.br>

**18.3.** Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**18.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Sistema do Provedor, e vincularão os participantes e a Administração.

**18.5.** A resposta as impugnações e aos pedido de esclarecimento será enviado via retorno

**18.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se houver impacto na formulação de propostas.

**19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1.** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**19.2.** O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**19.3.** O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

**19.4.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.itamaraju.ba.gov.br](http://www.itamaraju.ba.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço <https://portal.licitanet.com.br>.

**19.5.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

<b>20 – DO FORO</b>
---------------------

**20.1.** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Itamaraju, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. Descritivo:**

A presente licitação tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Locação de Sistemas e Equipamentos para Registro e Processamento de Infrações de Trânsito, a fim de atender as demandas da Superintendência de Trânsito do Município de Itamaraju/Ba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2. Justificativa:**

**2.1. Do Objeto**

A Superintendência Municipal de Trânsito (SMT) necessita da contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços e locação de sistemas e equipamentos para o registro e processamento de infrações de trânsito. Esta contratação tem como objetivo garantir a eficácia, eficiência e modernização das operações de fiscalização e controle do tráfego municipal, promovendo a melhoria na gestão da mobilidade urbana, e adequando os procedimentos aos novos padrões tecnológicos exigidos para o enfrentamento dos desafios do trânsito.

Justifica-se a solicitação do que se trata o presente, tendo em vista que o crescimento da cidade, assim como o aumento progressivo da frota de veículos vivenciados no Município de Itamaraju, aliado a modernização e investimentos do trânsito exige medidas, tais como o registro e processamento de infrações, para garantir o disciplinamento e regulamentação do trânsito, contribuindo assim para a mobilidade e segurança da população.

O processo em questão descreve sucintamente os equipamentos e serviços a serem disponibilizados através de locação.

A implantação destes serviços decorre da necessidade de aprimoramento e continuidade da adoção de medidas preventivas que visam à manutenção de um trânsito em condições mais seguras em vias públicas do município.

O art. 1º, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro, determina que:

(...)

*§ 2º - O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.*

*Ademais, a omissão dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Trânsito na defesa da vida dos usuários do trânsito gera responsabilidades, segundo dispõe o art. 1º, § 3º do CTB:*

(...)

**Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 25/61**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU**  
**ESTADO DA BAHIA**

*§ 3º - Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantem o exercício do direito do trânsito seguro.*

Assim, justifica-se a contratação de empresa para execução do objeto, observado todas as descrições, especificações e regras inseridas neste Estudo Técnico e posteriormente mais detalhada no Termo de Referência e no Edital.

O expressivo crescimento da frota no município de Itamaraju elevou o número de veículos cadastrados e boa parte dessa frota são representadas por motocicletas e motonetas, ainda contamos com uma frota flutuante provenientes de outros municípios que circulam diariamente na malha viária aumentando o fluxo e gerando infrações constantes no trânsito da área urbana.

Itamaraju é um município do Estado da Bahia, cuja população estimada em 2022 era de 59.605 habitantes, e considerado como um importante centro regional baseada na indústria, comércio, agricultura e agropecuária e serviços.

O aumento contínuo do volume do tráfego vem provocando constantes infrações, além de frequentes acidentes, causados principalmente pela irresponsabilidade dos condutores dos veículos, não respeitando velocidades máximas impostas. Além do prejuízo ao tráfego, o trânsito de pedestres também tem experimentado o reflexo do crescimento, medido principalmente pelo aumento das dificuldades de travessias nos cruzamentos das vias urbanas. O município de Itamaraju tem como principal ligação a outros municípios pelas: BR – 101, BA- 284 e BA- 489.

No gráfico abaixo retirado do site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fica demonstrada a evolução da frota de veículos no município.

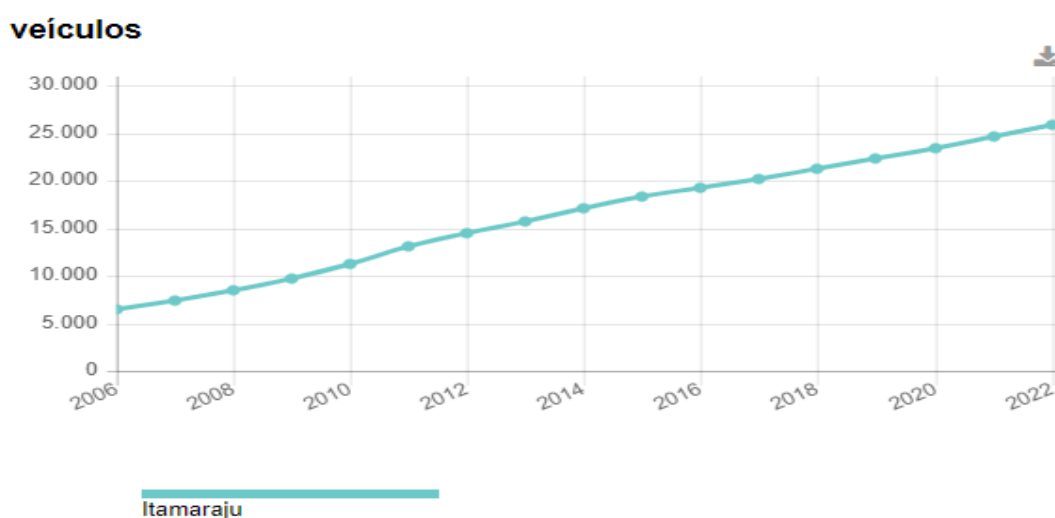


Figura 1 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itamaraju/pesquisa/22/28120?tipo=grafico>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

Para solucionar o problema, de forma a proporcionar maior fluidez e segurança no trânsito, torna-se imperiosa a intervenção de instalação de equipamentos para registrar e processar infrações causadas no trânsito, com novas tecnologias para garantir segurança aos condutores, ciclistas e pedestres.

## **2.2. Do Processo Licitatório**

Isto posto, resta demonstrada a motivação plausível e concreta para o procedimento licitatório em questão. Pois, trata-se de itens necessários às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

No caso do presente procedimento licitatório, não restam dúvidas acerca da viabilidade da modalidade pregão eletrônico, tendo em vista que permite que a Administração Pública contrate de forma mais célere e menos burocrática, mantendo a legalidade do procedimento e obedecendo ao critério do menor preço, garantindo a escolha da melhor proposta e que seja realizada por lote, considerando que os itens dos lotes são de mesma natureza e guardam relação entre si e há no mercado diversas empresas capazes de executar os serviços simultâneo de todos os itens que fazem parte dos grupos, os itens a serem executados são comuns e há grandes quantidades de fornecedores no mercado. O fato de a licitação ser por lote também recai no fato de buscar diminuir o número de fornecedores contratados, com vistas a preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores.

Nessa linha, o fato de lidar com um único fornecedor de cada segmento diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação para execução dos serviços e garantias dos mesmos. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos e essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

Para a composição da média unitária dos itens foi realizada uma ampla pesquisa de mercado pelo setor de compras. O que lhes permite inferir que os preços se encontram compatíveis com a realidade mercadológica. Além de destacar de forma sucinta e clara todos os orçamentos.

Assim, solicita-se que o processo licitatório siga seus trâmites normais, visando estruturar assertivamente e organizadamente esta Administração. Esta licitação obedecerá às disposições da Lei nº 14.133/2021, dos correspondentes decretos regulamentadores e respectivas alterações, bem como à legislação específica pertinente ao objeto licitado.

## **3. Especificações Para Elaboração Da Proposta De Preços:**

### **3.1. Quanto ao modelo:**

**3.1.1.** O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, em consonância com a Planilha de

**Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 27/61**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU**  
**ESTADO DA BAHIA**

Quantitativos e Proposta de Preços, expressando os valores em moeda nacional – Reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

**3.1.2.** A licitante deverá incluir juntamente com a **proposta de preço**, sob pena de desclassificação, os seguintes documentos:

- 1 - Descrição da proposta de preços;
- 2 - Declaração de elaboração independente de proposta;

**3.1.3.** No caso de microempresas e empresas de pequeno porte interessadas na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/2006, também deverá constar junto a proposta de preços a Declaração de Enquadramento (Lei Complementar nº 123/06) em consonância com o modelo do Anexo III.

**3.2. Quanto ao Conteúdo da Proposta de Preço:**

**3.2.1.** No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

**4. Especificações, características, quantitativos, cronograma/prazo de entrega e local de entrega:**

LOTE ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. MÊS	QUANT. 12 MESES	MÉDIA	
					V. UNIT	V. TOTAL
1	Sistema de gestão, serviço de pré-processamento das infrações de trânsito, sistema de processamento, controle, e apoio a Jari, cedendo licença de uso por tempo determinado.	Serviço	1	12	R\$ 18.166,66	R\$ 217.999,92
2	Cessão de Licença de Uso por Tempo Determinado de Aplicativo para Dispositivo Móvel para Registro das Infrações de Trânsito (Talão Eletrônico) com Cessão dos Dispositivos em Comodato	Unidade	6	72	R\$ 875,00	R\$ 63.000,00
3	Central de Vídeo Monitoramento e Processamento de Dados	Serviço	1	12	R\$ 14.166,66	R\$ 169.999,92

Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 28/61



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU**  
**ESTADO DA BAHIA**

	Software de gestão de imagens, processamento e fiscalização remota, com montagem e manutenção de central operacional. com painel sinótico Painel Led Indoor P2.5.					
4	Portal de serviços ofertados ao cidadão via Web site visando: Possibilitar pesquisa de infrações municipais, dar entrada e consultar resultado por recurso administrativo das autuações do município e possibilitar registro de Declaração de Acidente de Trânsito.	serviço	1	12	R\$ 5.166,66	R\$ 61.999,92
5	Cessão de Licença de Uso por Tempo Determinado de Dispositivo de camera Tipo Fixa, com LAP e I.A para Proteção Perimetral Automatizada PPA, com Cessão dos Dispositivos em Comodato e manutenção.	Unidade	2	24	R\$ 1.683,33	R\$ 40.399,92
6	Cessão de Licença de Uso por Tempo Determinado de Dispositivo de camera Tipo Speed Dome, com LAP e I.A para Proteção Perimetral Automatizada, com Cessão dos Dispositivos em Comodato e manutenção	unidade	4	48	R\$ 2.225,00	R\$ 106.800,00
7	Cessão de Licença de Uso por Tempo Determinado de Dispositivo embarcado em viaturas para detecção e reconhecimento de placas veiculares, auxiliando na identificação de veículos com restrições legais. Em Comodato e manutenção.	Unidade	2	24	R\$ 10.411,66	R\$ 249.879,84
8	Equipamento de fiscalização de velocidade do tipo A	Faixa/Mês	8	96	R\$ 5.533,33	R\$ 531.199,68
9	Equipamento de fiscalização não metrológica do tipo B	Faixa/Mês	4	48	R\$ 5.116,66	R\$ 245.599,68
<b>TOTAL (12 MESES)</b>						<b>R\$ 1.686.878,88</b>

Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 29/61





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**4.1. Especificação Genérica dos Sistemas (Solução)**

**4.1.1.** A Solução Tecnológica Integrada de Gestão Administrativa e de Apoio à Fiscalização do Trânsito e do Transporte, doravante denominada Solução, inclui a cessão de direito de uso não exclusivo e por prazo determinado da solução.

**4.1.2.** A Solução deverá atender minimamente às funcionalidades descritas neste documento e deverá atender todos os usuários em todas as unidades que integram a unidade requisitante, cuja estrutura é dinâmica, o que deverá ser observado pela Contratada uma vez que não será admitida cobrança adicional por variação em seus quantitativos.

**4.2. Suporte Técnico e Operacional**

**4.2.1.** Com o objetivo de proporcionar maior produtividade aos usuários na utilização das funcionalidades da Solução, bem como garantir seu funcionamento, sua utilização, segurança e integridade, a Contratada deverá prestar durante todo o período de vigência contratual, os serviços de suporte técnico e operacional para os usuários da Solução, conforme detalhado.

**4.2.2.** As solicitações de suporte deverão ser registradas em Sistema de Help-Desk, em ambiente WEB, que deverá ser disponibilizado pela Contratada. O uso dessa ferramenta é importante para controle estatístico e extração de indicadores diversos e, portanto, deverá ficar permanentemente disponível à consulta pela contratante.

**4.2.3.** Os atendimentos às solicitações de suporte técnico deverão ser realizados de forma presencial nas unidades designadas pela contratante, quando da impossibilidade de solução do problema de forma remota.

**4.2.4.** Durante a implantação, a Contratada deverá realizar o suporte operacional para as atividades relacionadas à operação da Solução, dirimir dúvidas e orientar os usuários para a melhoria dos processos de trabalho com a utilização da Solução.

**4.3. Manutenção Corretiva e Adaptativa da Solução**

**4.3.1.** A Contratada deverá realizar, até o final do período de vigência contratual, a manutenção corretiva e adaptativa da Solução, conforme detalhado.

**4.4. Implantação**

**4.4.1.** Instalação da Solução no Ambiente Tecnológico da Contratante - A Contratada deverá realizar a instalação da Solução no ambiente tecnológico da Contratante ou em um provedor de serviços indicados por esta, contendo minimamente os requisitos funcionais da Solução, dispostos no Descritivo das Funcionalidades da Solução. Nesta etapa a Contratada deverá deixar a Solução em funcionamento pleno no Ambiente Tecnológico indicado pela Contratante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**4.4.2.** Implantação da Solução nas Unidades Administrativas – Na Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte, a Contratada deverá realizar a avaliação dos organogramas funcionais e a identificação setorial dos usuários, assim como realizar análises de aderência dos processos de trabalho atuais em relação aos modelos definidos pela Solução.

**4.4.2.1.** A contratante será responsável pelo fornecimento de todas as informações requeridas pela Contratada em relação à estrutura organizacional e localização dos usuários. A Contratada atuará, apoiada pela Contratante, na identificação dos processos de trabalho e dos procedimentos gerais utilizados.

**4.4.2.2.** A Contratada deverá considerar durante o processo de implantação da Solução, a gestão das mudanças que ocorrerão nos processos atuais (Change Management), tanto no que concerne aos fluxos de trabalho, com a revisão das etapas de cadastramento das informações, quanto no que concerne à qualificação dos recursos humanos e mudanças das responsabilidades dos usuários.

**4.5. Treinamento dos Usuários**

**4.5.1.** A Contratada deverá elaborar um programa de capacitação para os profissionais das Unidades Administrativas e Agentes de Fiscalização, que deverá contemplar todas as orientações necessárias para a operação da solução, conforme detalhado no Plano Geral.

**4.6. Sistema de Gestão de Trânsito** (Sistema de gestão, pré-processamento, processamento, controle, e apoio a JARI, e supervisão administrativa e operacional).

**4.6.1.** Toda transmissão de dados deverá ser feita de modo criptografado.

**4.6.2.** O sistema deverá permitir a criação de contas de usuários e perfis de acesso. E deverá possibilitar a integração com novas tecnologias.

**4.6.3.** Autenticação e controle de acesso dos usuários por atividade, utilizando login e senha.

**4.6.4.** Registro de todas as operações realizadas pelos usuários durante o uso do sistema (log) com níveis que podem ser configurados pelo administrador do sistema.

**4.6.5.** O sistema deverá possuir rotinas de backup automático. A localização e periodicidade deverá ser definida pelo contratante.

**4.6.6.** Módulo Processamento, controle possibilitando, no mínimo, as seguintes funções:

- a)** Lançamento e processamento dos Autos de Infração manual;
- b)** Emissão de NA (Notificação de Autuação);
- c)** Emissão de NP (Notificação de Penalidade);
- d)** Emissão do Resultado dos Recursos;
- e)** Registros e acompanhamento dos Recursos (Defesa Prévia, Jari e Cetran);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- f)**Registros e acompanhamento dos Recursos no Renainf (NA, NP, Recursos, Resultado de Recursos, Arquivamentos, Exclusões, Pagamentos, Devolução de Pagamento, Apresentação de Condutor)
  - g)**Registro de todas as ocorrências das infrações no Detran (NA, NP, Recursos, Resultado de Recursos, Arquivamentos, Exclusões, Pagamentos, Devolução de Pagamento, Apresentação de Condutor);
  - h)**Suporte para as fotos das infrações no AIT (Incluindo impressão na NA);
  - i)**Registro dos AR's (Aviso de Recebimento);
  - j)**Geração / Controle e Envio (FTP) de arquivos de remessa;
  - k)**Baixa (FTP) e Processamento dos arquivos de retorno;
  - l)**Emissão e Processamento de NP's pagas em outros Bancos (além do banco arrecadador do Detran/BA);
  - m)**Verificação do acervo de multas, a partir de base fornecida pelo Detran;
  - n)**Emissão de boleto de cobrança (via arquivo para o Detran) de cobrança de veículos de outros estados;
  - o)**Processamento de notificação por dispositivo móvel (Tablet, Smartphone ou palm);
  - p)**Assinatura digital do Agente no auto;
  - q)**Assinatura AR digital / remessa econômica (Integração com os Correios);
  - r)**Lançamento e Manutenção de Boat, Trav e RRD;
  - s)**Visualização de dados estatísticos;
  - t)**Módulo administrativo com as funcionalidades de edição, emissão de relatórios, dados estatísticos, controle de acesso e retaguarda.
  - u)**Processamento com informações geradas pelo Módulo e-Dat.
- 4.6.7.**Controles administrativos com, no mínimo, as seguintes funções:
- a)**Cadastro de Agentes de Trânsito;
  - b)**Cadastro de Bancos Arrecadadores;
  - c)**Cadastro e Controle de Talões;
  - d)**Cadastro de Equipamentos (tablet, radar fixo e móvel, etc.);
  - e)**Emissão dos Documentos de Arrecadação (inclusive no formato de boleto com código de barras);
  - f)**Parâmetros do sistema (FTP, Código do Município no Renainf, Código do Município na Febraban, prazos, etc.);
  - g)**Importação / Atualização de tabelas de: Infrações, Marcas e Modelos, Categorias de Veículos e Cores;
- 4.6.8.** Módulo de Relatórios e Estatísticas possibilitando, no mínimo, as seguintes funções:
- a)**Estatísticas com Relação de AIT's (com filtros por situação, UF de origem dos veículos, período de lavratura do auto e, também, de autuação, digitador, Agente, competência (estadual ou municipal), infrator (condutor, proprietário, etc.), tipo de infração (por via), região (por espécie de veículo);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- b)** Estatísticas com Relação de processos (Advertência por escrito, Defesa Prévia, Arquivamentos por autotutela, Jari e Cetran);
- c)** Estatística de arquivamentos (por motivo, por Agentes e ambos);
- d)** Estatística de processamento de remessas (por tipo de registro, por Agente, por digitador, por tipo de retorno e por tipo de erro e outros filtros que venham a ser solicitados);
- e)** Estatísticas gerais por Infração, Agente, Evolução Mensal, Agravamentos, Recursos e Resultados e por Tipo de Veículo e outros filtros que venham a ser solicitados (incluindo gráficos e médias);

**4.6.9. Sistema do Portal de Análise Gerencial – BI:** O sistema de análise gerencial deve contar com dados capazes de auxiliar o gestor do Órgão a analisar e tomar decisões. O módulo deve gerar as estatísticas de:

- a)** Gráfico com produção mensal e diária por Agente de trânsito;
- b)** Gráfico por tipo de infração;
- c)** Gráfico por natureza da infração;
- d)** Gráfico de infração por período, por veículo e por categoria de veículo;
- e)** Gráfico quantitativo por via, faixa, equipamento e velocidade;
- f)** Mapa de calor georreferenciado de acordo com os locais de incidência das infrações e dados de sinistros de trânsito;
- g)** Gerar estatísticas de volume de tráfego em tempo real, por período e por via;
- h)** Gerar estatísticas de composição de veículos do tráfego, por tipo e velocidade média;
- i)** Gerar gráficos com o perfil do condutor envolvido em sinistro de trânsito (com e sem vítima), organizado por sexo, idade, espécie de veículo e local, pela gravidade;
- j)** Gerar o quantitativo parcial e total em todos os gráficos.

**4.7. Talonário Eletrônico Trânsito**

**4.7.1. Especificação mínima dispositivos principais:**

- a)** Sistema Operacional Android (versão atual) ou IOS;
- b)** Processador de 2,0 GHz;
- c)** Memória RAM de 4GB;
- d)** Conexão Wi-Fi;
- e)** Conexão Bluetooth;
- f)** Tela colorida, com mínimo de 6.6 polegadas;
- g)** Baterias recarregáveis, com carregador externo de 110/220V e que apresente autonomia de, pelo menos, 24h;
- h)** Capa protetora;
- i)** Dispositivo próprio integrado de comunicação com a rede pública celular de terceira geração (4G ou 5G ou mais atualizada em uso), sem a utilização de acessórios, tais como cabos ou aparelhos celulares;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- j)** Sistema de localização via GPS (Global Position Service);
  - k)** Os dispositivos deverão ser gerenciados por software que garantam a administração, a monitoração e a segurança dos dispositivos móveis (MDM) com os custos pela prestadora.
  - l)** A prestadora deverá fornecer chip de operadora de escolha da Contratante, por todo o período do contrato, com plano de dados com, no mínimo, 5GB de dados por mês.
- 4.7.2. Especificação mínima dos dispositivos periféricos:**
- a)** Impressora Térmica Portátil e transportável através de uma bolsa ergonômica com alças;
  - b)** Comunicação por Bluetooth ou similar;
  - c)** Impressão em 80mm;
  - d)** Baterias recarregáveis, com autonomia para emissão de 100 Autos de Infração de Trânsito.
- 4.7.3. Especificação mínima do software Operacional:**
- a)** Ser capaz de armazenar banco de dados off-line para que os Agentes possam efetuar inserção dos dados do veículo;
  - b)** Armazenar as imagens capturadas;
  - c)** Registrar e emitir Autos de Infração Trânsito - AIT, integrado ao sistema de processamento, com acesso, em tempo integral, ao Banco de Dados do sistema de processamento, possibilitando o fornecimento de informações de divergências entre a placa do veículo e suas características;
  - d)** Ser dotado de elementos de segurança que garantam a fidelidade e a integridade dos dados registrados, além de impedir sua alteração após o término da lavratura do auto de infração;
  - e)** Deverá fazer a integração completa com o banco de dados do sistema de processamento existente no Município, sendo capaz de realizar a carga das informações e tabelas como cor, tipo, espécie, tabela de infração, cadastro de Agentes e fazer a descarga dos AIT's emitidos de forma automática;
  - f)** O talão eletrônico deverá permitir a atualização de sua base de dados, através de conexão sem fio com a Central de Controle e Processamento de Dados, bem como permitir a impressão das informações processadas, diretamente ou por meio de algum periférico portátil (impressora);
  - g)** As informações apresentadas ao Agente de Fiscalização deverão atender às exigências da Resolução nº 217/2006 do Contran e das Portarias 99/2017 e 124/2017 do Senatran, bem como outras informações constantes do formulário atualmente utilizado (talonário de papel);
  - h)** Durante o preenchimento, deverão ser consultados os bancos de dados, os quais conterão as informações mínimas necessárias ao funcionamento do sistema, sendo tais referências atualizadas periodicamente pelo Detran;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- i)** O conceito de segurança deverá ser devidamente considerado no tráfego de informações, utilizando-se de criptografias de dados e protocolos de comunicação seguros, de tal forma que assegure e preserve a confidencialidade e evite o acesso não autorizado às informações;
  - j)** Rapidez ao autuar/notificar o veículo infrator (a maioria dos dados a serem anotados já deverão estar na memória do aparelho, simplificando as anotações). As observações padrões deverão estar distinguidas por tipo de infração;
  - k)** A transferência dos dados deverá ser eletrônica, eliminando a digitação dos dados das autuações no centro de processamento de dados das infrações de trânsito;
  - l)** Os dados deverão ser escritos no teclado físico ou virtual do aparelho, eliminando a dificuldade de leitura da escrita do Agente;
  - m)** O aplicativo deve possibilitar a emissão da AIT, no ato da constatação da infração, de forma autônoma ou via impressora, em, no máximo, 1 (um) minuto;
  - n)** O aplicativo deverá permitir a impressão de uma ou mais vias do Auto de Infração;
  - o)** O aplicativo deverá consultar o cadastro de veículos em bancos de dados próprio ou do órgão de registro;
  - p)** Deverá permitir pesquisa de infração por código, descrição, artigo, parágrafo ou inciso, como também pela escolha do enquadramento da infração por símbolos e gráficos representativos das sinalizações de trânsito;
  - q)** Deverá possuir tabela de resumo das infrações de trânsito.
  - r)** Deverá permitir a pesquisa por código, por descrição para os campos município, marca do veículo e local da infração;
  - s)** Deverá fazer a habilitação automática dos seguintes campos: tipo, espécie, cor e categoria, de acordo com as necessidades do Órgão;
  - t)** Deverá alocar, automaticamente, o número do Auto de Infração;
  - u)** Deverá executar o carregamento automático da data e hora, identificação do equipamento e do Agente, no início de cada autuação;
  - v)** Deverá gerar autuação com reaproveitamento de alguns dados da autuação anterior, conforme a necessidade;
  - w)** Deverá possuir câmera própria para fotografar veículos irregulares e anexar as imagens na autuação, conforme modelo do Órgão;
  - x)** Deverá emitir RRD (Recibo de Recolhimento de Documentos) integrado ou não ao Auto de Infração;
  - y)** Deverá emitir Trav (Termo de Remoção e Apreensão de Veículo) integrado ou não ao Auto de Infração, conforme modelo do Órgão;
  - z)** Confeccionar Boat (Boletim de Ocorrência de Sinistro de Trânsito) , conforme modelo do Órgão.
- 4.7.4. Especificação mínima do software:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- a)** Software homologado no Senatran, conforme Portaria 1.279/2010 ou Portaria 99/2017 do Senatran;
- b)** A cada novo Auto de Infração de Trânsito gerado, o sistema embarcado deve mostrar quantos AITs ainda estão disponíveis para o equipamento;
- c)** Permitir consultar o veículo e ao mostrar as informações deixar que o Agente confirme os dados, inclusive podendo alterar livremente os dados do veículo. Em caso de alteração, os dados do veículo que constarão no AIT e serão enviados para o sistema de processamento devem ser definidos pelo Agente de trânsito;
- d)** Emissão de AIT, de forma a notificar a ocorrência de auto de infração ao condutor de veículo, através de impressora portátil com comunicação bluetooth;
- e)** Permitir a lavratura de um novo auto de infração, com base em dados do mesmo veículo da lavratura anterior, trazendo os dados referente ao local e veículo já preenchido, porém permitindo ao Agente realizar modificação no local;
- f)** Possibilitar ao Agente a solicitação do arquivamento do Auto acompanhado da devida justificativa;
- g)** Permitir consulta e emissão de 2ª via de formulários;
- h)** Apresentar dados de restrição do veículo, caso este possua alguma restrição, com base na consulta de dados da placa do veículo, pesquisando em bancos de dados definidos pelo Órgão;
- i)** Permitir o cadastramento de observações para serem aplicadas de acordo com cada infração.

**4.8. Sistema de Apoio ao Videomonitoramento do Trânsito**

**4.8.1. Sistema de fiscalização de trânsito por meio de vídeo monitoramento com no mínimo as seguintes características:**

- a)** Análise de imagens com inteligência de ponta como Leitura de Placas, Zoneamento, Programação de monitoramento entre outros diversos recursos de inteligência artificial;
- b)** Permitir a captura e o armazenamento de imagem de infração, que deverá ser encaminhada imediatamente e automaticamente para o sistema de fiscalização para geração do auto de infração de trânsito;
- c)** Realizar busca das características dos veículos através da Placa, com consulta online ao banco de dados do órgão estadual de trânsito, buscando veículos de todas os estados da federação e informando possíveis restrições;
- d)** Identificar o agente de trânsito usuário e carregar os seus talões eletrônicos;
- e)** Possibilitar a busca de infrações por meio do código, texto ou artigo;
- f)** Permitir anexar mais de 2 imagens da infração;
- g)** Possibilitar ocultar imagem de pessoas e veículos alheios a infração na imagem;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- h)**Exibir em tela stream de câmeras disponibilizadas através do protocolo HTTP permitindo a exibição de múltiplas telas;
- i)**Gerar o auto de infração de trânsito a partir de imagens colhidas das câmeras de maneira online via PrintScreen.

**4.8.2.** Este sistema deverá ser composto por módulos que deverão trabalhar integrados entre si, conforme descrição abaixo:

**4.8.2.1. Módulo Autônomo de Vigilância e Controle**

- a)**A contratada deverá realizar a Cessão de Direito de Uso Não Exclusivo e Permanente do software de videomonitoramento de trânsito, para quantidade ilimitada de usuários para uso próprio da Contratante e deverá suportar, no mínimo, 16 câmeras, podendo se estender a 100 câmeras.
- b)**O módulo do sistema de videomonitoramento, em questão, deverá possuir as seguintes características:
  - a)**Permitir a integração com Bancos de Dados internos e externos;
  - b)**Suportar câmeras IP nativas ou câmeras analógicas centralizadas em Gravadores de Vídeo Digitais (DVR), com protocolo Onvif;
  - c)**Suportar, no mínimo, 16 câmeras, indiferente de serem analógicas ou digitais;
  - d)**Possuir controle para câmeras PTZ (Pan, Tilt e Zoom) e, no mínimo, 10 posições predefinidas (presets) por câmera;
  - e)**Permitir conexões com o servidor, de forma ilimitada;
  - f)**Permitir o acesso simultâneo de vários usuários;
  - g)**Permitir acesso restrito por perfil de usuário;
  - h)**Permitir o monitoramento, em tempo real, de ilimitadas câmeras de monitoramento, em um ou mais monitores, e com diversos estilos de tela;
  - i)**Possuir servidor Rtsps de mídia integrado;
  - j)**Permitir o controle de horários de login e utilização do sistema pelos usuários;
  - k)**Possuir log de eventos;
  - l)**Permitir a leitura automática de placas e armazenamento em banco de dados da informação;
  - m)**Permitir a leitura da placa do veículo, em quaisquer velocidades;
  - n)**Permitir pesquisas por data, hora, placa, conjunto caracteres, final da placa, câmera utilizada;
  - o)**Permitir desfocagem facial dos indivíduos presentes na imagem;
  - p)**Permitir a contagem e filtro de pessoas, objetos e veículos;
  - q)**Permitir a identificação de sentido e direção de pessoas e veículos;
  - r)**Permitir a criação de barreiras e cercas virtuais;

**4.8.2.2. Módulo Assistido de Fiscalização e Autuação**

- a)**A contratada obrigatoriamente terá que integrar o módulo do sistema de videomonitoramento com o sistema de processamento das infrações de trânsito, de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

propriedade do Órgão de Trânsito, de modo a automatizar os processos de fiscalização e lavratura de Autos de Infração por Agente de Trânsito devidamente identificado no sistema.

**b)**A contratada deverá realizar a transferência de tecnologia para o setor de Tecnologia da Informação da Contratante, e para a Secretaria requisitante de todo o módulo descrito nesse tópico, sendo obrigatória a entrega, por parte da contratada, da documentação completa, em especial o código-fonte comentado, banco de dados e sua modelagem, memorial descritivo, especificações funcionais internas, diagramas, fluxogramas e outros dados técnicos necessários à absorção da tecnologia.

**c)**O módulo do sistema de videomonitoramento em questão deverá possuir as seguintes características:

**c.1)**Deverá ser desenvolvido para uso nativo em ambiente Web;

**c.2)**Deverá utilizar o Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional Postgre SQL 9.4 ou superior;

**c.3)**Deverá permitir integração com outros aplicativos;

**d)**O acesso à Solução deverá ser permitido a partir dos principais navegadores disponíveis no mercado web (browsers), minimamente IE, Google Chrome, Firefox e Safari;

**e)**A Solução deve permitir ser acessada através dos seguintes dispositivos: PC (computador pessoal), smartphones e tablets;

**f)**Permitir a captura e o armazenamento de imagem de infração, que deverá ser encaminhada imediatamente e automaticamente para o sistema de fiscalização para geração do auto de infração de trânsito;

**g)**Deverá fazer busca das características dos veículos através da Placa, com consulta online ao banco de dados do órgão estadual de trânsito, buscando veículos de todas os estados da federação e informando possíveis restrições;

**h)**Deverá identificar o Agente de trânsito usuário e carregar os seus talões eletrônicos;

**i)**Deverá exibir em tela stream de câmeras disponibilizadas através do protocolo Http permitindo a exibição de múltiplas telas;

**j)**Deverá ser capaz de gerar auto de infração de trânsito a partir de imagens colhidas das câmeras de maneira online via PrintScreen, Banco de Dados ou Armazenadas em Disco.

**4.8.3.** Os dispositivos tipo Seep Dome devem possuir as seguintes características mínimas:

**a)**Câmera Speed Dome no mínimo 23x,

**b)**Resolução HD;

**c)**IR de 100 metros, no mínimo;

**d)**Funções Preset, Auto Scan, Tour e Patrulha;

**e)**Fonte 24 Volts/ 5 amperes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**f)** Cada Câmera deverá possuir uma Unidade Independente de Processamento com processador ARM de 1,5 GHz ou superior, memória 4 GB ou superior e GPU integrada.

**g)** Possuir integração com tecnologia LAP ( Leitor Automático de Placas ) e I.A (Inteligência Artificial) para Proteção Perimetral Automatizada;

**4.8.4.** Os dispositivos tipo Câmera Fixa devem possuir as seguintes características mínimas:

**a)** Câmera Infra Vermelho Bullet 30 metros, tecnologia IP com resolução;

**b)** HD, 3.0 MP, Digital 1/2.8 com ICR, lente fixa 3,6 mm;

**c)** Sistema de varredura: Progressivo;

**d)** Obturador eletrônico: Automático / Manual;

**e)** Pixels efetivos: 1920 (H) × 1080 (V);

**f)** Iluminação mínima: 0,01 lux/F2.0;

**g)** Distância focal 2,8mm ~ 12mm;

**h)** Abertura máxima F1.5;

**i)** Zoom Óptico 4x.

**j)** Possuir integração com tecnologia LAP (Leitor Automático de Placas) e I.A (Inteligência Artificial) para Proteção Perimetral Automatizada.

**4.8.5.** Dos dispositivos embarcados de consulta e monitoramento devem possuir os seguintes equipamentos mínimos:

**a)** 1- Câmera Veicular LPR;

**b)** 1- NVR Veicular 30

**c)** 1 - Tablet

**d)** 1- Software Licenciado para gerenciamento da solução;

**e)** 1- Chip de Dados 4G 30

**4.8.6.** As características do equipamento de monitoramento embarcado devem atender os seguintes requisitos:

**a)** Os equipamentos deverão gravar no mínimo a visão frontal das viaturas;

**b)** Em cada base operacional (localidade de serviço) deverá haver equipamentos, infraestrutura e serviços de conexão que permitam a gestão da solução, conforme nível de permissão, distribuição e controle;

**c)** O sistema deve permitir a gestão segura das imagens com log de acesso, configurações e marcas de segurança nos vídeos extraídos e visualizados;

**d)** A solução deverá gravar ininterruptamente, a partir da assunção de serviço, com aplicação da viatura nos sistemas de despacho de ocorrências até o seu término, ou a partir da ligação da partida do veículo;

**e)** A leitura de placas deverá ser obtida a uma distância de no mínimo 5 (cinco) metros da viatura;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- f)** O processamento das imagens para leitura de placas poderá ser realizado na própria câmera ou no gravador veicular ou através de software;
- g)** A análise comparativa do sistema deverá ser realizada através de banco de dados local, atualizado através de integração com servidor central com periodicidade de uma hora ou quando ocorrer alteração, desde que exista sinal de rede mínima de 4G/LTE (a cargo da CONTRATADA);
- h)** O banco de dados local deverá permitir no mínimo a inserção de no mínimo 20.000 (vinte mil) placas de veículos.

**4.9. Sistema WEB de atendimento ao Cidadão (Portal) Autodeclaração de Sinistro de Trânsito (e-Dat)**

**4.9.1. O portal deverá permitir ao cidadão acesso aos seguintes serviços:**

- a)** Responsivo para acesso via smartphone, tablet e notebooks
- b)** Possibilitar a consulta do andamento dos AITs mediante autenticação;
- c)** Permitir a abertura de protocolo para apresentação de condutor;
- d)** Permitir a abertura de protocolo para defesa prévia;
- e)** Permitir a abertura de protocolo de recurso à Jari;
- f)** Realizar pesquisa de resultado por recurso administrativo das autuações lavradas pelo Órgão de Trânsito do Município;
- g)** Realizar a impressão da segunda via das notificações de autuação e imposição de penalidade lavradas pelo Órgão de Trânsito do Município;
- h)** Em todos os recursos acima, o portal deverá permitir anexar os documentos necessários a cada tramitação específica de processo;
- i)** Deverá gerar relatório de segurança de acesso, bem como gerar o número de protocolo para todas as entradas e permitir a impressão do protocolo;
- j)** Disponibilizar os formulários para download (apresentação de condutor, defesa prévia, recurso à Jari, requerimento de credencial de estacionamento, etc.);
- k)** Disponibilizar a impressão, retificação do boletim de ocorrência de trânsito;
- l)** Permitir a confirmação de veracidade da ocorrência de sinistro de trânsito mediante chave;
- m)** Permitir a solicitação credencial para estacionamento (de pessoa com deficiência e pessoa idosa), bem assim permitir o acompanhamento da solicitação.
- n)** Permitir a solicitação e o acompanhamento da solicitação de apoio e autorização para fechamento de via.

**4.9.2. Para o módulo administrativo de apoio ao portal, deverá conter as funcionalidades relacionadas para o gerenciamento das informações recebidas, bem como:**

- a)** Aceitar ou rejeitar os protocolos abertos pelo cidadão através do portal;
- b)** Enviar e-mail automaticamente ao cidadão com o status de andamento do protocolo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- c)** Permitir lançamento de processos originados a partir do protocolo no atendimento presencial
- d)** Gerar o movimento de entrada nos recursos automaticamente no AIT após a aprovação;
- e)** Permitir o download em pacotes para os documentos anexados;

**4.9.3.** Para o módulo administrativo de apoio ao portal, deverá conter as funcionalidades relacionadas para o gerenciamento das informações recebidas, bem como:

- a)** Aceitar ou rejeitar os protocolos abertos pelo cidadão através do portal;
- b)** Enviar e-mail automaticamente ao cidadão com o status de andamento do protocolo;
- c)** Permitir lançamento de processos originados a partir do protocolo no atendimento presencial
- d)** Gerar o movimento de entrada nos recursos automaticamente no AIT após a aprovação;
- e)** Permitir o download em pacotes para os documentos anexados;

**4.9.4.** O sistema de autodeclaração de sinistro de trânsito deverá fazer parte do portal de atendimento ao cidadão ter as seguintes características:

- a)** Responsivo para acesso via smartphone, tablet e notebooks.
- b)** Permitir a identificação dos veículos envolvidos no sinistro de trânsito;
- c)** Permitir a inserção de imagens do sinistro e do local;
- d)** Permitir inserção das imagens dos veículos envolvidos;
- e)** Permitir inclusão das condições da via;
- f)** Permitir inclusão das condições climáticas no momento do sinistro;
- g)** Demonstrar através de imagens, exemplos dos tipos de colisão;
- h)** Permitir a identificação do local por gerenciamento, alinhado com o Google Map (ou outra plataforma de georreferenciamento) e com marcação direta no mapa;
- i)** Gerar número do protocolo sequencial baseado no ano do lançamento;
- j)** Permitir validação de dados do veículo junto à base de dados do Detran;
- k)** Bloquear declarações com dano ao patrimônio público, bem como aquelas ocorridas fora dos limites do Município, envolvendo veículo de transporte de produtos perigosos, do qual houve avaria ao compartimento de carga a granel, derramamento ou vazamento do produto; E ainda, sinistros com vítima ou envolvendo mais de cinco veículos;
- l)** Permitir inserção de fotos do local do sinistro de trânsito;
- m)** Permitir a correção de dados pelo declarante, sempre que for solicitado pelo administrativo;
- n)** Permitir a verificação de veracidade da declaração pelos seguradores de veículo;
- o)** Imprimir a declaração detalhada;
- p)** Informar ocorrências vinculadas

**4.9.5.** A retaguarda administrativa deverá conter os seguintes recursos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- a)** Aceitar ou rejeitar as declarações lançadas pelo cidadão;
- b)** Enviar e-mail automaticamente ao cidadão com o status de andamento;
- c)** Permitir a busca através dos filtros de número do protocolo, data da ocorrência, data da declaração, nome do declarante, e-mail do declarante, placa do veículo, cpf do declarante, local da ocorrência e situação da ocorrência;
- d)** Ordenar os dados de declaração por data e situação;
- e)** Visualizar até 50 registros por página;
- f)** Registrar todas as ocorrências de movimentação da declaração com o usuário, data, hora e descrição. E ainda, registrar acessos;
- g)** Permitir relacionar as declarações que estejam vinculadas ao mesmo sinistro de trânsito;
- h)** Imprimir a declaração de sinistro de trânsito detalhada;
- i)** Expandir ou recolher as informações da tela de análise da declaração;
- j)** Possuir um cadastro para os motivos de rejeição;

**4.10. Fiscalização Eletrônica (radares)**

**4.10.1. Equipamento de Fiscalização do Tipo A**

**4.10.1.1.** Equipamentos/sistema fixo controlador: medidor de velocidade destinado a fiscalizar o limite máximo de velocidade da via ou de seu ponto específico que sejam homologados pela Portaria Inmetro nº 158/22 para fiscalizar a seguinte infração: a) Desrespeitar a velocidade regulamentada.

**4.10.1.2.** Para efeito deste Termo de Referência, entende-se como “equipamento/sistema fixo do TIPO A” o conjunto de todos os equipamentos, software, comunicação com o Centro de Avaliação de Imagem, infraestrutura (inclusive sinalização), instalações e acessórios necessários para fiscalizar de forma automática e simultânea uma seção não semaforizada de uma pista com mesmo sentido de circulação de tráfego, com uma ou mais faixas de rolamento, em um local determinado.

**4.10.1.3.** O modelo deve possuir a capacidade de medir a velocidade na contramão da via.

**4.10.1.4.** O dispositivo de registro deve ser constituído por 2 câmeras digitais, com enquadramento dianteiro e traseiro dos veículos, e iluminadores auxiliares.

**4.10.1.5.** Para efeito deste Termo de Referência, entende-se por “local de instalação” todo local em que será instalado ou poderá vir a ser instalado, a critério da Contratante, um equipamento/sistema fixo do TIPO A.

**4.10.1.6.** Em cada um dos locais, a Contratada deverá instalar e/ou adequar toda a sinalização (quando for o caso) e a infraestrutura necessária para viabilizar as fiscalizações previstas para um local, inclusive os gabinetes que abrigam os equipamentos eletrônicos, bem como os seus suportes de fixação, de acordo com os prazos estipulados.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**4.10.1.7.** O equipamento deve ser capaz de capturar a imagem do veículo tanto traseira quanto pela parte frontal.

**4.10.2. Equipamento de Fiscalização do Tipo B**

**4.10.2.1.** Equipamentos/sistema fixo para fiscalização de aproximações semaforizadas de seções de vias, que sejam homologados pela Portaria Inmetro nº 492 e que deverão fiscalizar as seguintes infrações:

**a)** Desrespeitar o sinal vermelho no semáforo;

**b)** Parar sobre a faixa de travessia de pedestres na mudança de sinal luminoso;

**c)** Desrespeitar a velocidade regulamentada.

**4.10.2.2.** Entende-se como um equipamento/sistema fixo do TIPO B o conjunto de todos os equipamentos, software, infraestrutura (inclusive sinalização) e comunicação com o Centro de Avaliação de Imagem e acessórios necessários para fiscalizar de forma automática e simultânea uma interseção semaforizada.

**4.10.2.3.** No caso de fiscalização de mais de uma via numa mesma interseção, serão considerados tantos equipamentos/sistema fixos do TIPO B quantas forem as aproximações fiscalizadas.

**4.10.2.4.** O equipamento/sistema do TIPO B deverá efetuar o registro de imagens pela parte traseira do veículo infrator tendo como condição acessória a captura pela parte frontal dos veículos.

**4.10.2.5.** Para a fiscalização de avanço de sinal vermelho no semáforo, o equipamento/sistema fixo deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

**a)** Detectar o veículo logo junto à linha de retenção quando o sinal já estiver no vermelho;

**b)** Possibilitar a configuração de um tempo de retardo;

**c)** Registrar a imagem após o tempo de retardo, estando o veículo na área de conflito;

**d)** O equipamento deve permanecer inibido, não registrando imagem enquanto estiver ativo o foco verde ou o foco amarelo do semáforo veicular de referência.

**4.10.2.6.** Para a fiscalização de parada sobre a faixa de travessia de pedestres na mudança de sinal luminoso, o equipamento/sistema fixo deverá:

**a)** Registrar a imagem do veículo parado sobre a faixa de travessia de pedestres, decorrido o tempo de permanência após a mudança do sinal determinado para o local;

**b)** O tempo de permanência sobre a faixa de pedestres após a mudança do sinal deverá ser programável, em passos de um segundo, entre 5 (cinco) a 12 (doze) segundos;

**c)** O equipamento deve permanecer inibido, não registrando a imagem enquanto estiver ativo o foco verde ou o foco amarelo do semáforo veicular de referência.

**4.10.2.7.** As fiscalizações de avanço de sinal vermelho no semáforo e de parada sobre a faixa de travessia de pedestres na mudança de sinal luminoso devem obedecer ao disposto na Portaria nº 16 e nº 1.113/2011 da Senatran ou à legislação que vier lhe substituir.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**4.10.3. Configuração – Equipamentos/Sistema Fixos Tipo A**

**4.10.3.1.** Deverá ser possível configurar, individualmente, cada faixa de rolamento de uma seção de tráfego fiscalizada, para cumprir, de forma simultânea, todas as infrações indicadas neste Termo de Referência.

**4.10.3.2.** Para cada faixa de rolamento deverá ser possível configurar quais as infrações que serão fiscalizadas.

**4.10.3.3.** Para a fiscalização de velocidade pontual, deverá ser possível configurar os seguintes parâmetros:

**a)** Código identificador do equipamento/sistema;

**b)** Faixa de rolamento;

**c)** Classificação do tipo de veículo;

**d)** Valor da velocidade regulamentada;

**e)** Valor da tolerância.

**4.10.3.4.** A configuração dos parâmetros de fiscalização da velocidade pontual somente poderá ser feita no próprio equipamento, não podendo ser feita remotamente.

**4.10.3.5.** A configuração dos parâmetros de fiscalização de parada sobre a faixa de travessia de pedestres somente poderá ser feita no equipamento/sistema, não podendo ser feita remotamente.

**4.10.3.6.** O horário de ativação e desativação da fiscalização de cada infração, em cada equipamento/sistema, deverá poder ser programado em uma tabela horária, de forma que a ativação e a desativação sejam feitas de forma automática, além de permitir a ativação e desativação por comandos de operador.

**4.10.3.7.** A ativação e desativação, seja por tabela horária, seja por comando de operador, deverá poder ser feita para o conjunto de todos os equipamentos/sistema ou para cada equipamento/sistema individualmente.

**4.10.3.8.** A configuração dos parâmetros só deve ser efetuada por pessoal autorizado, com proteção por senha individual, devendo, o equipamento no qual é realizada a configuração, estar em local protegido, fisicamente, contra o acesso de pessoas não autorizada.

**4.11.** Os serviços serão executados de conformidade com a necessidade de mudanças na mobilidade urbana apresentada pela Secretaria Municipal de Administração e Superintendência de Trânsito, visando sempre à necessidade da população para melhorias no ir e vir dos cidadãos e transeuntes no município, proporcionando mais segurança e qualidade de vida para todos.

**4.12.** A execução do serviço deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias, após a ordem de serviço, obedecendo os prazos e quantitativos RIGOROSAMENTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

descriminados no Edital e na Autorização de Fornecimento – AF, sujeitando-se as penalidades constantes no artigo 156 da Lei 14.133/21 e suas alterações.

**4.13.** Os equipamentos com defeitos, fora dos padrões contratados e solicitados ou outros inconvenientes que comprometam o seu uso, não serão aceitos, sendo as mesmas devolvidas para que o fornecedor providencie sua substituição, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação de multa.

**5. Da Vigência**

O prazo de execução e vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município. Havendo interesse da Municipalidade, o contrato poderá ter seu prazo prorrogado, por meio de aditivo contratual, sempre se observando o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 14.133/21.

**6. Valor Estimado**

**6.1.** O valor total estimado para contratação dos itens objeto deste foram obtidos através de pesquisa de mercado, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.2.** O valor estimado do lote é R\$ 1.686.878,88 (Um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos)

Luiza Moitinho Cachoeira Brito  
Secretária Municipal de Administração



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU**  
**ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO II**

**MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

**1. Modelo de descrição da proposta de preços**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (GLOBAL)					R\$
VALOR POR EXTENSO					
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA					(     ) DIAS [≥60]

<b>Dados do Representante para Assinatura do Contrato</b>	
Nome do Representante:	
Endereço:	
CPF nº	RG nº
E-mail:	Telefone:

<b>Dados Bancários da Empresa</b>		
C/C:	Agência:	Banco:

Itamaraju, Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 46/61



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO III**

**MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

A licitante, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a)a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b)a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c)que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d)que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e)que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f)que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Itamaraju, Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura

Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 47/61



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)**  
(Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

(    ) Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.

Ou

(    ) que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição de microempresa e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.

Itamaraju, Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO À REGULARIDADE FISCAL (LEI  
COMPLEMENTAR nº 123/06)**

(Exclusiva para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte)

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Em cumprimento ao instrumento convocatório acima identificado, declaramos, para os efeitos da Lei Complementar nº 123/06:

(    ) Não haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal.

ou

(    ) Haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da declaração do vencedor, ou do resultado do julgamento de recurso, se houver.

Itamaraju, Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura/Razão Social  
CNPJ

**Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 49/61**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO VI**

**MODELO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO DE DESEMPENHO**

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório, que a .....(nome da Pessoa Física ou Jurídica licitante) CNPJ/CPF ....., com endereço na ..... forneceu a esta instituição os produtos abaixo referidos, atendendo integralmente as especificações contratadas quanto ao prazo de entrega, quantidade e qualidade, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam o fornecimento.

Especificação do Objeto	Quantidade	Prazo de Entrega

Itamaraju, Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura/Razão Social  
CNPJ / CPF





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DA HABILITAÇÃO**

A.....(nome da Pessoa Física ou Jurídica licitante), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto na lei 14.133/2021, e para os fins de cumprimento do exigido no Pregão Eletrônico nº. xxx/2025, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

---

Assinatura/Razão Social  
CNPJ / CPF

OBS. Declaração firmada pelo próprio licitante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR**

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

(    ) nem menor de 16 anos.

(    ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Itamaraju, Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Assinatura/Razão Social  
CNPJ/CPF



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS  
PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A.....(nome da Pessoa Física ou Jurídica licitante)...., inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Itamaraju, Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Assinatura/Razão Social  
CNPJ / CPF



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO X**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SÓCIO SERVIDOR OU EMPREGADO  
PÚBLICO**

A.....(nome da Pessoa Física ou Jurídica licitante), inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo), declara, para os devidos fins que, não possui em seu (quadro societário servidor público da ativa, ou não é empregado) de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Itamaraju, Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Assinatura/Razão Social  
CNPJ/CPF



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO XI**

**MINUTA CONTRATO Nº XXXX/20XX**  
**Pregão Eletrônico nº XXX/20XX**

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE ITAMARAJU-BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.761.697/0001-65, com sede na Rua Francisco Moitinho Dourado, nº 78, Bairro de Fátima, Cidade Itamaraju, Estado da Bahia, CEP 45.836-000, neste ato representado pelo secretário Municipal de xxxxxxxxx, o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, nomeado pelo Decreto nº xxxxx/2025, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado XXXXXXXXXXXXXXX, (pessoa jurídica/Física) de direito privado, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXX, com sede à Rua XXXXXXXXXXXXXXX, Cidade, Estado, CEP xxxx, aqui representada por Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx doravante denominado CONTRATADO, resolvem firmar o presente CONTRATO, em conformidade com os termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20XX, oriundo PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00xxxx/20xx, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme planilha orçamentária básica e especificações técnicas inseridas na proposta em anexo do presente Contrato.

**1.2.** Constitui parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/20XX, completando o presente instrumento para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

**1.2.1.** Ficam também fazendo parte deste CONTRATO, as normas vigentes, as instruções, a Ordem de Fornecimento e, mediante aditamento, qualquer modificação que venha ser necessária durante sua vigência.

**§1º.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma do Art. 125 da Lei federal nº 14.133/2021.

**Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 55/61**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**§2º.** As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

**§3º.** É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

A admissão da fusão, cisão ou incorporação da contratada com outrem está condicionada à manutenção das condições de habilitação relativas à prestação do serviço e à demonstração, pela Administração, da inexistência de comprometimento das condições originariamente pactuadas para a adequada e perfeita execução do contrato.

**§4º.** Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer alteração de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por funcionário da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, cabendo a ela o estrito e exclusivo controle sobre os mesmos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de execução e vigência do contrato será 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município. Havendo interesse da Municipalidade, o contrato poderá ter seu prazo prorrogado, por meio de aditivo contratual, sempre se observando o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 14.133/21.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1.** O valor global do presente contrato será de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme definido na proposta apresentada.

**3.1.1.** A licitante vencedora declara que os preços propostos levaram em conta todos os custos, insumos, despesas e demais obrigações legais para o cumprimento integral das disposições contratuais até o termo final do Contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preço ou reembolso.

**3.2.** O valor correspondente à quantidade efetivamente utilizada será pago no prazo de até 30 dias da apresentação das Notas Fiscais correspondentes e depois de atestada pelo Município a efetiva satisfação do objeto contratual.

**3.2.1.** Os valores apurados deverão ser pagos a CONTRATADA através de depósito na Conta Corrente xxxxxxxx, da Agência xxxxxxxx, Banco xxxxxx, cidade de xxxxxxxx-xx.

**3.3.** Obriga-se a Contratada a manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

qualificação exigidas por ocasião da licitação nos termos do Artigo 92, Inciso XVI da Lei 14.133/2021.

**3.4.** Durante o curso da execução do contrato, os preços serão corrigidos consoantes as seguintes regras:

**3.4.1.** Os preços são fixos e irredutíveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. III do art. 135, § 3º da Lei federal nº 14.133/2021 será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

**3.4.2.** A revisão de preços, nos termos do art. da Lei federal nº 14.133/2021, dependerá de requerimento da contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

**CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

SECRETARIA	PROGRAMA	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO	FONTE

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Obrigações do CONTRATANTE:**

- a)** Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados;
- b)** Será responsável pela observância às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao contrato;
- c)** Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações;
- d)** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação;
- e)** Processar e liquidar a fatura correspondente ao valor mensal, através de Ordem Bancária, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovado a cada vencimento;
- f)** Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição;
- g)** Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação;
- h)** Efetuar o pagamento ajustado.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**5.2. Obrigações da CONTRATADA**

A CONTRATADA, além das determinações contidas no Termo de Referência do instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a)** Prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados;
- b)** Zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- c)** Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- d)** Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- e)** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- f)** Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- g)** Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente contrato;
- h)** Adimplir os serviços exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- i)** Trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
- j)** Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
- k)** Observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - REGIME DE EXECUÇÃO**

**6.1.** A execução do serviço deverá ocorrer no prazo de até xx (xx) dias, após a ordem de serviço, obedecendo os prazos e quantitativos RIGOROSAMENTE discriminados no Edital e na Autorização de Fornecimento – AF, sujeitando-se as penalidades constantes no artigo 156 da Lei 14.133/21 e suas alterações.

**6.2.** Os materiais com defeitos, fora das medidas e padrões solicitados ou outros inconvenientes que comprometam o seu uso, não serão aceitos, sendo as mesmas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

devolvidas para que o fornecedor providencie sua substituição, num prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação de multa.

**CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá à CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

**§1º** - Ficam nomeados os servidores PAULO FRASSINET BOMFIM FIGUEIREDO e na sua ausência, para exercer o encargo de substituto, o servidor HELIVELTON RAMOS BATIOSTA MUNIZ, designados por Portaria, a exercerem encargos de Fiscal desse Contrato.

**§2º** - O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 140 da Lei federal nº 14.133/2021, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

**CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES**

**8.1.** Ocorrendo alguma das hipóteses previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, fica o contratado infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de Licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.2.** Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da lei 14.133/2021, assegurado ao contratado infrator o direito ao contraditório e ampla defesa.

**8.3.** Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao locador, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (Inexecução parcial do Contrato);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

- c)** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (Inexecução total do Contrato);
- d)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, V e VI, do art. 155 da lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e)** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e no máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificadas nos incisos VIII, IX, X e XII da Lei 14.133/2021, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**9.1.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III** - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**9.2.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI** - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII** - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARAJU  
ESTADO DA BAHIA**

**VIII** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

**IX** - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**9.3.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

**9.4.** A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

**9.5.** Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

**9.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** A CONTRATADA tem pleno conhecimento dos elementos constantes deste contrato, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares do objeto a ser executado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do mesmo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Itamaraju, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando por si e seus sucessores.

Itamaraju/Bahia, xx de xxxxxxxxxxxx de 20xx.

XXXXXX

Município de Itamaraju

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ / CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pregão Eletrônico nº 026/2025 - fls. 61/61